RESOLUÇÃO POLÍTICA DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT BRASIL: 725 DE OUTUBRO E UM CHAMADO À MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR

O dia 25 de outubro de 2026 marcou-se de forma inesquecível na memória da classe trabalhadora e na história do Brasil e do mundo. Foi a expressão viva e pujante da capacidade do nosso povo de transformar a indignação individual em força coletiva e organização popular.

Assim como na década de 1980 a geração fundadora da Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil e do novo sindicalismo enfrentou e derrotou a ditadura civil-militar para refundar a democracia, a atual geração de trabalhadores, trabalhadoras e sindicalistas assumiu o seu dever histórico. Em uma vitória monumental nas urnas, nas ruas, nas águas, nas florestas e nas redes, ajudamos a eleger Luiz Inácio Lula da Silva para o seu quarto mandato na Presidência da República. Impedimos a marcha do projeto extremista e militarizado que ameaça a soberania nacional, a democracia e os direitos fundamentais. A vitória de 25 de outubro é um alento de esperança para o mundo, mas exigirá de nós vigilância e luta popular diária para ser mantida e aprofundada.

Os 21 dias que separaram o primeiro do segundo turno contaram a história de um verdadeiro levante democrático. Gerações inteiras se uniram e tomaram as ruas, as redes, os rios e as florestas de todo o país. Vestidos de coragem e movidos pela memória ancestral da Conjuração Baiana, de Palmares, dos Malês, da Cabanagem, da Chibata, do Contestado, da Greve de 1917 e das lutas do Novo Sindicalismo, o povo trabalhador resgatou o protagonismo da história, impondo a derrota ao fascismo e apontando para o mundo uma alternativa soberana e popular.

Conjuntura internacional e nacional: disputa hegemônica, ameaça à soberania nacional e combate ao fascismo

O cenário pós-eleitoral de 2026 desenha-se sob intensa disputa geopolítica, marcada pela ingerência direta dos Estados Unidos e da administração Trump no processo eleitoral brasileiro. A articulação transnacional da extrema direita atuou ostensivamente para desestabilizar a democracia e violentar a soberania nacional. No plano interno, essa ofensiva manifestou-se pela ação desregulada das *big techs*, que manipularam algoritmos e cercearam a livre manifestação em redes sociais e grupos de trocas de mensagens (como whatsapp e telegram), e pelo conluio da grande imprensa monopolista, que omitiu investigações contra a candidatura da extrema direita e capitaneou a difusão de *fake news*. Para fragilizar o debate democrático, a candidatura extremista de Flávio Bolsonaro esvaziou deliberadamente a discussão sobre planos de governo, substituindo propostas por violência política e incitação às agressões físicas, políticas e psicológicas promovidas por seus seguidores em todo o território nacional.

No dia do segundo turno da eleição, a sabotagem institucional operou-se pelo descumprimento de decisões judiciais por parte de governadores e prefeitos que dificultaram o transporte público gratuito para barrar o voto popular. Após a apuração, a sanha fascista traduziu-se em assédio eleitoral patronal, perseguições e boicotes econômicos a trabalhadores que exerceram a opção por Lula. A CUT reafirma que tais práticas violam as liberdades fundamentais e exige a punição exemplar de seus mandantes e financiadores. Por fim, a fuga covarde de Flávio Bolsonaro ao exterior e a publicação de sua carta abertamente golpista representam a continuidade da ameaça antidemocrática, a qual deve ser permanentemente denunciada e combatida pelas forças populares.

Estrategicamente, cabe à CUT o desafio histórico de converter a vitória nas urnas em um ciclo de reordenação política, impondo uma agenda popular de soberania nacional, redistribuição de renda, de trabalho decente e digno e reindustrialização. Da mesma forma, o processo eleitoral de 2026 reforça a necessidade urgente de realizar a reforma do sistema político-eleitoral e do sistema judiciário para fortalecer as bases democráticas, garantir representatividade mais justa e impedir a interferência do poder econômico e das plataformas digitais na capacidade de participação e de escolha do povo brasileiro nas decisões dos rumos do país.

O perfil da classe trabalhadora: novas identidades e desafios organizativos

As transformações no mundo do trabalho alteraram profundamente a estrutura social brasileira. A expansão do trabalho informal, precarizado e plataformizado gerou novas subjetividades e desafiou os métodos tradicionais de organização. No entanto, a massiva e vibrante participação popular presenciada no segundo turno da eleição, que tomou as ruas, redes, rios, florestas, locais de trabalho, escolas e universidades, demonstrou a imensa energia política acumulada pela classe trabalhadora em toda a sua história e diversidade.

O surgimento dessas novas identidades do trabalho e a adoção de novas formas de mobilização, organização, interação e comunicação não sinalizam o fim ou a superação do sindicalismo. Pelo contrário, representam uma oportunidade histórica de avançar e expandir o projeto histórico da CUT. O desafio imediato da Central é canalizar essa animação das ruas e criar pontes de acolhimento, linguagem e formação política de massa que integrem a juventude, os trabalhadores de aplicativos, as mulheres, os negros e as negras, os idosos e aposentados, a população LGBTQIA+, trabalhadores do campo e os informais à estrutura sindical. Ao articular a flexibilidade das redes com a força da organização territorial e de base, temos a oportunidade de converter a dispersão do trabalho precarizado e a fragmentação subjetiva em consciência de classe e ação coletiva organizada, fortalecendo a CUT como a ferramenta viva de luta de todo o povo trabalhador.

Diante desse cenário, orientamos:

Diretrizes estratégicas políticas e organizativas da CUT (2026-2027)

Para o período de transição e para o primeiro ano dos novos governos e legislaturas, a CUT e suas entidades filiadas orientam sua atuação pelas seguintes pautas prioritárias:

1. **Fortalecimento da participação popular e do protagonismo da diversidade:** Garantir e ampliar os espaços institucionais e de base para a participação popular deliberativa, garantindo o protagonismo de jovens, estudantes, mulheres, negros e negras, comunidade LGBTQIA+, trabalhadores informais e idosos na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e na reconstrução do país.
2. **Reforma do sistema político e judiciário:** A CUT apoia uma profunda reforma do sistema político e judiciário que amplie a democracia e a participação popular, privilegiando o exercício da vontade soberana do povo. Também, apoiamos a revogação das medidas contidas nas contra-reformas anti-populares aprovadas pelos governos do período 2016/2022 que retiraram direitos conquistados nas lutas dos trabalhadores.
3. **Política fiscal e monetária a serviço das demandas da sociedade.** As políticas fiscal e monetária não podem ser guiadas por argumentos supostamente técnicos que, na realidade, encobrem os interesses do setor financeiro e suas expectativas de ampliação da rentabilidade. É preciso abrir espaço fiscal para um novo ciclo de desenvolvimento econômico, social e

sustentável, que fortaleça a soberania nacional e a capacidade do Brasil de decidir seus próprios rumos, em sintonia com as reivindicações apresentadas nas ruas e nas redes e expressas nas urnas no segundo turno: gerar empregos de qualidade, fortalecer os serviços públicos, preservar os pisos de financiamento da saúde e da educação e garantir os recursos necessários ao atendimento de toda a população, combinar a valorização do salário mínimo com a vinculação das aposentadorias e dos benefícios sociais ao piso nacional. Para garantir espaço fiscal é preciso revisar os benefícios fiscais que não apresentem resultados econômicos e sociais compatíveis com seus custos. Também é necessário adotar medidas para reduzir a taxa de juros, que constitui atualmente um dos principais fatores de pressão sobre a dívida pública e o orçamento público. Por fim, é fundamental avançar na justiça tributária, ampliando a tributação sobre a renda e o patrimônio.

4. **Reforma da renda:** dobrar o poder de compra dos salários, criar uma nova tabela do imposto de renda mais progressiva, ampliar a isenção do Imposto de renda o pagamento da PLR (participação de lucros e resultados) aos trabalhadores seguindo os mesmos critérios aplicados às demais rendas isentas, reduzir o custo do crédito e do endividamento das famílias.
5. **Garantia dos pisos salariais nacionais em todas as esferas de contratação.** Garantir o cumprimento integral dos pisos salariais nacionais, como os da enfermagem e do magistério, em todas as formas de contratação (pública, privada e terceirizada), assegurando remuneração digna, fiscalização rigorosa contra o descumprimento e valorização real de todas as categorias de trabalhadoras e trabalhadores.
6. **Fortalecimento da negociação coletiva:** Aprovar a Convenção 151 da OIT, fortalecendo a negociação coletiva e banindo a negociação individual precarizante.
7. **Proteção rescisória:** Retomar a obrigatoriedade da homologação da rescisão do contrato de trabalho pelos sindicatos da categoria. Indicar ao Governo Brasileiro a ratificação da Convenção 158, da OIT, que garante a proteção para que não haja demissão arbitrária ou não justificada.
8. **Segurança e respeito aos acordos e convenções coletivas:** Restabelecer o princípio da ultratividade das normas e convenções coletivas de trabalho.
9. **Combate ao rentismo:** Fortalecer a campanha permanente #MenosJurosMaisEmpregos, exigindo a redução das taxas de juros, o fim da autonomia do Banco Central e o combate ao endividamento das famílias.
10. **Soberania alimentar, fortalecimento do PAT e combate à carestia:** Combater a carestia e assegurar a produção de alimentos frente às crises climáticas e geopolíticas. Garantir o cumprimento estrito do Decreto nº 12.712/2025, impedindo a monetização do benefício do PAT para preservar sua finalidade nutricional.
11. **Redução da jornada de trabalho para 40 horas e implantação da escala 5x2:** Acompanhar e fiscalizar a implantação da redução da jornada semanal para 40 horas e da escala 5x̆2 por meio das negociações coletivas em curso. Onde a transição imediata para as 40 horas não for viável em 2026, aplicar o cronograma em duas etapas previsto na legislação.
12. **Igualdade salarial, fortalecimento da Política Nacional de Cuidados e combate ao feminicídio:** Exigir o cumprimento da Lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres e incluir cláusulas de combate ao feminicídio e à violência doméstica nos acordos coletivos.
13. **Soberania digital e popular:** Defender a regulação democrática das redes sociais e barrar a interferência das *big techs* na política e nos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.
14. **Mobilização e trabalho de base:** Manter a mobilização e o trabalho de base resgatados no processo eleitoral de forma permanente nos locais de trabalho, periferias, nas redes sociais e grupos de mensageria, nas águas e florestas em todo o território nacional.
15. **Campanha Nacional de Sindicalização:** Retomar uma campanha intensiva de sindicalização,

focada em mulheres, jovens, negros, negras, estudantes, LGBTQIA+, informais e idosos.

16. **Novo Padrão de Regulação Sindical:** Aprovar legislação que garanta maior fortalecimento sindical, ampliação da representação e da representatividade das entidades sindicais, autonomia, financiamento via contribuição assistencial negociada e proteção ao direito de greve contra interditos proibitórios.
17. **Tarifa Zero e direito à cidade:** Lutar pela implementação da Tarifa Zero no transporte público como direito social garantidor de mobilidade, trabalho e lazer.
18. **Regulação do trabalho por plataformas e Convenção 193 da OIT:** Ratificar a Convenção 193 e garantir um marco regulatório que elimine a superexploração, garanta previdência social, coíba bloqueios arbitrários por algoritmos e assegure o direito de organização sindical para trabalhadores e trabalhadoras em plataformas.
19. **Ampliar as relações com os movimentos sociais organizados**, por meio do fortalecimento da Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, nacionalmente e nos territórios, com a articulação ativa das estaduais da CUT e sindicatos Cutistas.
20. **Reindustrialização com inclusão:** Condicionar negociações internacionais à transferência de tecnologia e à geração de empregos qualificados no Brasil, utilizando o poder de compra do Estado e de estatais (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) para reerguer a indústria de transformação e o setor naval.
21. **Defesa do Marco Regulatório Ambiental brasileiro e dos órgãos fiscalizadores** como IBAMA. Diante da crise climática, a promoção de políticas ambientais de mitigação e adaptação a partir da Transição Justa e trabalho decente com protagonismo da classe trabalhadora na construção de um futuro sustentável.
22. **Combater as terceirizações no serviço público**, promovendo concursos públicos e manutenção administrativa de forma direta.
23. **Defesa da Soberania nacional, dos serviços públicos e das estatais e dos direitos da classe trabalhadora.** Defender o compromisso inegociável com a soberania do Brasil, dizendo não às privatizações das empresas estatais estratégicas, reivindicar ao Governo Federal a revisão da reestatização de empresas estratégicas como a Eletrobrás e garantir o controle público sobre as nossas riquezas naturais, como os minerais críticos e estratégicos, e sobre inovações tecnológicas do povo, a exemplo do PIX. Defender a soberania significa fortalecer os serviços públicos essenciais como saúde, saneamento público, educação, transporte, segurança, saneamento, serviço postal, democratização energética, valorizar a trabalhadora e o trabalhador e utilizar as riquezas e o patrimônio do país não para alimentar o lucro privado, mas para gerar empregos dignos, combater a desigualdade e garantir o bem comum de toda a sociedade. Nossa riqueza nacional deve estar a serviço da classe trabalhadora, na geração de trabalho decente e combate a desigualdades estruturais e regionais.
24. **Solidariedade internacional e multilateralismo:** Fortalecer a atuação da CUT na OIT, Mercosul e BRICS, promovendo a cooperação Sul-Sul, a paz entre os povos, a justiça ambiental e o combate ao imperialismo.

Calendário Nacional de Lutas e de Mobilizações 2026-2027.

A Executiva Nacional da CUT orienta suas Secretarias Nacionais, Estaduais, Ramos e Sindicatos a empenharem total compromisso e ações de mobilização, de comunicação, de formação e financiamento solidário para a construção do seguinte calendário unificado de lutas:

2026

9 de novembro | Início da coleta de assinaturas do Manifesto da CUT pela Ratificação da Convenção 193 #Ratifica193
9 de novembro | Reunião das Operativas Nacionais das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo
Novembro a dezembro | Organização e realização de Assembleias Populares nos territórios.
20 de novembro | Dia Nacional da Consciência Negra
20 de novembro a 10 de dezembro | 21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher
27 de novembro | Seminário de letramento de gênero "O papel da Justiça no enfrentamento da violência de gênero (videoconferência)
1 de dezembro | Dia Nacional de Mobilização pela Ratificação da Convenção 193 #Ratifica193
15 de dezembro | Dia Nacional de Mobilização pela início da implantação da escala 5x2 e redução da jornada de trabalho (1ª Etapa)
16 e 17 de dezembro | Reunião da Direção Nacional da CUT (Videoconferência)
18 de dezembro | Início do Recesso da CUT Brasil

2027

4 de janeiro | Retomada do recesso CUT Brasil
5 de janeiro | Posse do Presidente Lula (Brasília)
8 de janeiro | Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Democracia
8 de março | Dia Internacional da Mulher
Abril | Marcha da Classe Trabalhadora e início da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Classe Trabalhadora
1º de Maio | Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras
Agosto | 8a Marcha das Margaridas (Brasília/DF)
19 a 22 de Outubro | 15º Congresso Nacional da CUT (São Paulo/SP)
20 de novembro | Dia Nacional da Consciência Negra
20 de novembro a 10 de dezembro | 21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher

Rumo ao 15º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)

O 15º CONCUT, a ser realizado entre 19 e 22 de outubro de 2027, em São Paulo/SP, deve se constituir como o momento final de um processo massivo de mobilização, de organização e trabalho de base, de formação, de comunicação e de debate na base da CUT e na sociedade brasileira. Rumo aos 50 anos da fundação da CUT, o 15º CONCUT fortalecerá a estrutura organizativa da Central e atualizará as ferramentas de luta para os desafios da nova era do trabalho e da classe trabalhadora.

Convocação à mobilização permanente para consolidar e avançar na vitória popular

Para dar concretude a essa mobilização permanente e transformar a força popular que vimos nas ruas em organização e atuação política continuada, propomos que as estaduais da CUT e os sindicatos cutistas debatam com entidades e organizações populares parceiras a convocação de assembleias populares, mobilizando a classe trabalhadora e os movimentos sociais para debater a pauta dos povos para o próximo período, retomando as bandeiras que ganharam força nas ruas durante o segundo turno. Entre elas, a implantação imediata da escala 5x2 e a redução da jornada de trabalho, a tarifa zero, a construção de um orçamento do povo, em contraposição ao teto de gastos e ao arcabouço fiscal, a defesa dos povos indígenas, da democracia e da soberania nacional, incluindo o debate sobre

os minerais críticos e as terras raras. O desafio é manter viva essa energia de mobilização, ampliar a participação popular e construir força social e política para avançar nessas conquistas.

A vitória de 25 de outubro de 2026 pertence à classe trabalhadora, mas a sua consolidação exige que não abandonemos as ruas, as redes e os locais de trabalho. A Executiva Nacional da CUT convoca todas as suas entidades filiadas, federações, confederações, sindicatos, lideranças de base e o povo brasileiro a se manterem em estado de mobilização permanente. A defesa de um governo federal comprometido com o povo, a conquista da nossa agenda de direitos trabalhistas e a derrota definitiva do fascismo dependem da nossa capacidade de direção e de comando político, da nossa organização popular e da nossa forte e atuante presença no trabalho de base nas cidades, no campo, nas águas, nas florestas, nos trabalhos em plataformas, nas ruas e nas redes sociais e grupos de mensageria. Nenhuma conquista virá sem luta e sem organização coletiva e popular. Seguiremos firmes e atentas para mantermos o Brasil nos trilhos da democracia, do trabalho digno e da soberania popular!

Se é importante para o povo brasileiro, é uma luta da CUT!

Viva a democracia!

São Paulo, 06 de novembro de 2026.

Direção Executiva Nacional da CUT